

Autor: Edvino Knäsel Vorpapel
NRE: Maringá
Escola: Colégio Estadual Duque de Caxias
Disciplina: História
Disciplina de relação interdisciplinar 1: Geografia
Disciplina de relação interdisciplinar 2: Sociologia
Conteúdo estruturante: Relações de trabalho
Conteúdo específico: A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957



Logomarca vencedora do concurso realizado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de Francisco Beltrão em 2006. A imagem ilustra os personagens da Revolta e a cidade atual. Lançada na abertura das comemorações dos 50 anos da Revolta dos Posseiros em 2007. Criação: Marcos Chiapetti. Fonte: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão.

A REVOLTA DOS POSSEIROS NO SUDOESTE DO PARANÁ EM 1957

1. Localização e colonização

Em 1957, o sudoeste paranaense foi palco de intenso conflito pela posse da terra, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e o poder público. O conflito teve origem na disputa jurídica pela posse da gleba MISSÕES e parte da gleba CHOPIM. O governo federal, através da CANGO, implantou na região projeto de colonização e incentivou gaúchos e catarinenses para povoá-la. A companhia colonizadora CITLA, formada por particulares, igualmente instalou-se na área na condição de herdeira das glebas, resultado de longo processo judicial envolvendo o poder público e empreendedores particulares. O conflito pela posse da terra estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e foi concluído com a vitória dos posseiros, que tiveram suas posses regularizadas e tituladas a partir de 1962.

A região sudoeste do Paraná está localizada ao sul do rio Iguaçu, seu limite norte

separa a do oeste paranaense, ao sul com o Estado de Santa Catarina, e a leste o município de Clevelândia. É uma região com clima saudável, terras férteis, rica vegetação, boa hidrografia, que levou milhares de gaúchos, catarinenses e paranaenses a ali se fixarem nos anos de 1940.

Além das condições geográficas favoráveis, que outros fatores teriam contribuído para a migração de gaúchos e catarinenses à região sudoeste?

É importante destacar que antes de 1940 já habitavam aquela região índios e caboclos, que adotavam um sistema de produção de subsistência, ainda não atrelado ao modelo capitalista. Essa produção de subsistência, também chamada de economia cabocla, baseava-se na exploração de erva-mate, da madeira e na criação de suínos. Em geral, parte da historiografia não vislumbra e, em alguns casos, até omite essa ocupação mais remota da região sudoeste, como se ela tivesse constituído um imenso vazio demográfico até a ocupação do ser humano branco, civilizado, empreendedor. É comum ainda verificar-se tal tipo de abordagem, até mesmo para outras regiões, como o norte e o oeste paranaense. (MOTA, 1999, p. 21 e 22)

De todo modo, o fato é que a região sudoeste do Paraná passou a ser ocupada “oficialmente” a partir do ano de 1943, com a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), na vila de Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão. Este projeto de colonização federal instituído pelo presidente da República Getúlio Vargas fez parte da política da “marcha para o oeste”, com o propósito de fixar naquela região agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com uma economia baseada na agricultura familiar de pequena propriedade. A maior parte destes gaúchos e catarinenses era oriunda de colônias agrícolas formadas por descendentes de alemães e italianos. (ROCHE, 1969, p. 358 e 359). No sobrenome de várias famílias verifica-se esta origem, como será demonstrado mais adiante ao serem citados os principais líderes da revolta.

Aliás, como está estruturada a propriedade fundiária hoje no sudoeste do Paraná? E a produção econômica, ainda está fortemente concentrada na agricultura?

Além da colonização oficial dirigida pela CANGO, outros agricultores se estabeleceram de forma espontânea na região.

Uma questão importante e crucial precisa ser referida antes que se fale da revolta dos posseiros. A CANGO oferecia aos colonos que chegavam à região, em crescente número, todo tipo de ajuda e assistência: a terra, a casa, ferramentas e sementes agrícolas, ajuda médica. Tudo de graça, mas sem o título de propriedade da terra. De modo que, na prática, os agricultores eram posseiros. Tinham a posse da terra, mas não um documento que atestasse a sua propriedade. E essa situação constituiria um problema grave mais adiante.

Observando os noticiários de hoje sobre alguns conflitos agrários, é possível ainda detectar a figura do posseiro? Há lugares em que isso ocorre com mais intensidade?



Sudoeste do Paraná: localização da área em litígio no sudoeste do Paraná que resultou na Revolta dos Posseiros em 1957. Fotos: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão.

2. Histórico das disputas judiciais

As disputas pela posse da terra na região sudoeste do Paraná são do tempo de Dom Pedro II. Governos e colonizadoras particulares se alternaram pelo direito de ocupação da área.

Ocorre que a maior parte da região sudoeste fazia parte da gleba Missões, disputada pela União e o governo paranaense. À época da criação da CANGO a área estava *sub judice*, quer dizer, a União e o governo paranaense disputavam na justiça a posse das terras.

A questão da posse da terra no sudoeste remonta aos tempos do final do Império, quando Dom Pedro II, poucos dias antes de sua queda, concede ao engenheiro João Teixeira Soares uma área enorme de terras devolutas, em troca da construção da ferrovia Itararé-Uruguay. Essa concessão foi mantida na República, com algumas alterações, mas transferida para o grupo Brazil Railway Company, responsável pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Esse grupo recebe como parte do pagamento a gleba Missões, que depois é transferida para a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio). Em 1930, o interventor do Paraná Mário Tourinho anula as concessões dadas à São Paulo-Rio Grande e à BRAVIACO. Em 1940, o governo federal incorpora ao patrimônio da União a Companhia São Paulo-Rio Grande e a Brazil Railway Company, o que incluía a gleba Missões. Começou aí a disputa judicial entre a União e o Estado do Paraná pela gleba Missões. Mesmo assim, a União instala a CANGO dentro dos limites da gleba Missões.

Resumindo a confusão jurídica: os posseiros do sudoeste do Paraná foram instalados em áreas de terra que estavam sendo alvo de disputa judicial entre os governos federal e estadual. Juridicamente, a área não tinha dono, mas estava incorporada à União.

Para complicar ainda mais a situação, entrou em cena o empresário catarinense José Rupp, que obteve a penhora de vários bens da Companhia São Paulo-Rio Grande em troca de uma dívida, entre os quais a gleba Missões e parte da gleba Chopim,

ambas próximas, na região sudoeste. Como a Companhia fôra incorporada à União, é do governo federal que Rupp tentou cobrar a dívida, o que não consegue e o caso se arrasta na justiça. Em 1950, Rupp vende seus direitos à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda), de propriedade de Mário Fontana e ligado ao grupo do governador Moysés Lupion. Essa transação constituiu na época um dos maiores “grilos” de terras da história paranaense. Para se ter uma idéia, a área valia cerca de 300 milhões de cruzeiros e teria sido comprada por algo em torno de 10 milhões. Uma transação muito suspeita, pois nenhum cartório da região queria registrá-la, o que só foi possível com a criação de um cartório em Santo Antonio do Sudoeste, igualmente de forma suspeita. Para se ter uma idéia do tamanho do grilo: a área adquirida pela CITLA correspondia a cerca de 500 mil hectares, abrangendo grande parte do sudoeste do Paraná.

Há duas versões em forma de anedota sobre a origem da palavra “grilo”. Um sertanejo guardava no fundo do baú a escritura, bem escondida. Querendo mostrá-la a seus amigos, abriu o baú e de lá saltaram, simultaneamente, a escritura e um grilo (animal). Outra diz que os falsificadores de escrituras se parecem com os grilos (animais), rápidos, espertos e que fogem rapidamente. (PRIORI, 2000, p. 84 e 85). Será que isso ainda ocorre nos dias atuais?

3. As companhias colonizadoras

As companhias colonizadoras oficiais e particulares envolvidas na disputa pela posse da área do sudoeste do Paraná: no meio do caminho havia os colonos.

A CITLA conseguiu a titulação das glebas referidas com escritura registrada em 1951, mas a União consegue a anulação dessa escritura em 1953, pois a negociação fôra feita de forma ilegal: a Constituição Federal proibia a venda de terras em faixa de fronteira, sem a devida autorização do Conselho de Segurança Nacional e exigia que para a concessão de terras públicas, com área superior a 10 mil hectares, houvesse autorização do Senado Federal. Essas exigências não foram cumpridas pela CITLA que, mesmo assim, já se instalara na região e iniciara a venda de lotes.

A revolta dos posseiros tem, então, seu embrião em 1951, quando da instalação da CITLA na região, agrava-se em 1956, com a entrada de duas outras colonizadoras ligadas à CITLA, a COMERCIAL (Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda) e a APUCARANA (Companhia Imobiliária Apucarana Ltda) e tem seu estopim em outubro de 1957. É sintomático que a CITLA tenha se instalado na região no primeiro mandato (1946-1951) do governador Lupion e a COMERCIAL e a APUCARANA no seu segundo mandato (1956-1961).

Portanto, de 1951, ano em que surgem as primeiras reações ainda pacíficas dos posseiros, até 1957, ano do levante armado, a questão legal da propriedade das terras do sudoeste não se definiu, deixando a população em constante estado de incerteza quanto às suas posses. Ainda mais, a solução definitiva só viria a ocorrer a partir de 1962, fato que será relatado no final deste trabalho.

Aliás, por que a justiça em geral é tão morosa? Será que ela é imparcial nos seus julgamentos?

QUADRO CRONOLÓGICO DO CONFLITO

1889 – Durante o Império, D. Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares, como pagamento da futura construção da estrada de ferro Itararé-Uruguay, uma área de terra equivalente a 9 km de cada lado da linha.

1891 – Na República, esta área foi transferida para a Companhia União Industrial e, posteriormente, para a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (CEFSPRG) do grupo Brazil Railway Company, que efetivamente construiu a estrada.

1913 – O governo do Paraná titulou parte da gleba Chopim para a CEFSPRG.

1920 – A CEFSPRG recebeu do governo do Paraná várias glebas já tituladas, entre elas a gleba Missões, em razão do novo contrato assinado para a construção do ramal de Guarapuava.

1930 – O governo do Paraná rescindiu o contrato com a construtora devido à ineficiência na execução das obras do ramal de Guarapuava e iniciou processo de anulação das escrituras de transferência da gleba Missões, tornando a região *sub-judice*.

1940 – O governo federal incorporou ao patrimônio da União todos os bens e as dívidas da construtora Brazil Railway Company-CEFSPRG. Trava-se uma disputa entre o Estado do Paraná e a União, cada parte dizendo-se detentora do direito de posse da gleba Missões.

1943 – O presidente Getúlio Vargas, desconsiderando o litígio pela posse da gleba Missões com o Paraná, instalou na área a CANGO, Colônia Agrícola General Osório, com o objetivo de colonizar 300 mil hectares na região de fronteira com a Argentina.

1945 – O empresário catarinense José Rupp, considerando-se lesado pela perda de terras para a CEFSPRG, obteve na justiça a penhora dos bens da empresa, dentre os quais constavam as glebas Missões e Chopim.

1950 – José Rupp não conseguiu obter a desejada indenização e, em 1950, vende seus supostos direitos à CITLA, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. A SEIPN, Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, escriturou para a CITLA a gleba Missões e parte da gleba Chopim.

1951 – A CITLA instala-se no sudoeste do Paraná, com escritório central em Francisco Beltrão.

1952 – A procuradoria da República ajuizou contra a CITLA ação de nulidade da escritura pública de dação para reaver judicialmente as terras. A CITLA recorreu, ficando a região novamente *sub-judice*.

1956 – Instalam-se na região mais duas colonizadoras com redivisão da área de atuação: CITLA na cidade de Francisco Beltrão; a COMERCIAL no interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos; a APUCARANA em Capanema e Santo Antonio do Sudoeste.

1957 – Estoura a Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná, conflito entre posseiros e colonizadoras.

1962 a 1973 – O GETSOP, Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, concluiu

a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação das companhias. As áreas em litígio são desapropriadas no governo Jânio Quadros, em 1961. Entre 1962 a 1973, o governo federal realizou uma verdadeira reforma agrária no sudoeste, concedendo cerca de 43 mil títulos de propriedade numa área de 545 mil hectares de terras.

(Adaptado de: GOMES, 2005, p. 29 a 38)

4. Outros conflitos agrários

O conflito agrário de Porecatu teve participação de militantes do PCB, mas no sudoeste do Paraná eles não atuaram.

Nos anos 1950 e 1960 foram intensas as disputas pela posse da terra no Paraná, como de resto no Brasil.

Aqui no Paraná, ficou famosa a revolta camponesa de Porecatu, no norte paranaense nos anos de 1950 e 1951. A luta pela terra começou por volta de 1947, mas teve seu auge no ano de 1951. Posseiros enfrentaram jagunços e policiais pela permanência em suas posses. Ocorreu também uma forte participação de militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil), atuando na região ao lado dos posseiros em conflitos armados. A revolta obteve relativo sucesso, pois cerca de 2 mil posseiros receberam títulos de propriedade, ainda que fora da região.

Na Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste paranaense não ocorreu a participação de militantes ligados ao PCB. Segundo Wachowicz, dois fatores contribuíram para isso: a rapidez com que os acontecimentos se precipitaram; o primeiro conflito ocorreu em meados de abril de 1957 e o apogeu seis meses depois, em outubro do mesmo ano. O outro fator seria a grande religiosidade demonstrada pela população local; a sociedade, em fase de organização, estava fundamentalmente ligada aos valores característicos das sociedades agrárias oriundas das aldeias européias; esta sociedade não havia ainda atraído a atenção dos ativistas do PCB. (WACHOWICZ, 1985, p. 289).

Além disso, exatamente no mesmo ano de 1957, ocorreu o conflito agrário de Formoso e Trombas, no norte de Goiás, onde foi marcante a participação de membros do PCB. Grileiros, jagunços e camponeses conflitavam desde 1950 pela posse da terra naquela região, resultando em confronto armado em 1957. Os posseiros foram liderados, respectivamente, por José Firmino e José Porfírio. A revolta atingiu o objetivo central, a demarcação e a titulação das propriedades dos posseiros, resultado de sua resistência e luta.

Ocorreram muitos outros conflitos agrários, grande parte sem registro historiográfico. As disputas pela propriedade da terra são constantes, violentas e ocorrem sem cessar, seja no Paraná ou em outros estados da federação. Envolvem interesses poderosos de empresas nacionais e multinacionais de um lado e milhares de agricultores sem-terra, acampados à beira de rodovias. No meio ou fora desta disputa fundiária está o Estado tentando conciliar interesses de ambas as partes. Em geral, a favor dos poderosos.

A propósito, onde tem ocorrido conflitos recentes pela posse de terra no Brasil?

No período compreendido entre os dois mandatos de Lupion, de 1951 a 1955, foi governador do Estado do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto. Nesta fase, a situação no sudoeste esteve relativamente calma, mesmo porque uma das primeiras medidas de Bento Munhoz foi a de cancelar o recolhimento da SISA, imposto que deveria ser pago

para a regularização de uma propriedade. Ficaram famosas as churrascadas que o grupo da CITLA promovia, alardeando que havia conquistado a posse definitiva da área em litígio.

5. O aumento das tensões

As pressões das companhias CITLA, COMERCIAL e APUCARANA, auxiliadas por jagunços “experientes”, espalharam o medo na área em conflito.

Porém, a partir de 1956, os conflitos se acirraram, com a entrada de duas outras companhias na região, a COMERCIAL e a APUCARANA. Juntamente com a CITLA, essas companhias passaram a atuar de forma bastante agressiva e violenta contra os posseiros. Foram contratados jagunços de fora da região, bastante “experientes”, que espalharam o terror pela região. Foram jagunços famosos: Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro, Pé de Chumbo e outros. A ordem dada pelas companhias aos jagunços era clara: fazer os posseiros assinarem os contratos de compra das posses que ocupavam, os que se negassem sofriam violência. Os jagunços percorriam a região sempre fortemente armados. Muitos colonos recusavam-se a assinar tais contratos, porque não tinham certeza de sua validade e os papéis usados eram geralmente folhas amassadas, papéis de embrulho ou de maços de cigarros, nos quais o jagunço assinava seu apelido. O terror espalhou-se pela região: muitos colonos fugiam e se escondiam no mato, deixando mulheres e filhos desprotegidos nos ranchos.



A foto ilustra um personagem não identificado muito comum em áreas de conflito agrário no Paraná, o jagunço. No sudoeste, os jagunços foram contratados para serem corretores das companhias de terra, mas observa-se que dominavam também outras habilidades. Foto: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão.

Os posseiros não se negavam a pagar pela terra, principalmente aqueles instalados pela CANGO. Mas, é que duvidavam da autenticidade dos contratos emitidos pelas companhias, uma vez que a legalidade das terras estava *sub judice*, além do preço exorbitante cobrado: a CANGO, depois que se tornou núcleo, vendia a colônia por cerca de 10 mil cruzeiros, ao passo que as companhias CITLA, COMERCIAL e APUCARANA cobravam até 80 mil cruzeiros!

Políticos de oposição ao governador Lupion percorriam a região alertando os colonos para a nulidade destes contratos e recomendando que não os assinassem. Foi o caso do senador Othon Mäder da UDN (União Democrática Nacional) e do deputado estadual Antonio Anibelli do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O governador Lupion

era do PSD (Partido Social Democrático), mesmo partido do presidente Juscelino Kubitschek. Aliás, as disputas político-partidárias foram uma constante naquele cenário.

6. Os assassinatos

O assassinato de Pedrinho Barbeiro e da família de João Saldanha deflagraram o clima de violência no sudoeste. Comerciantes reclamavam de prejuízos no comércio.

Vários foram os casos de violência praticados pelos jagunços contra os posseiros. Alguns dos mais significativos e revoltantes acabaram provocando a reação dos colonos.

O assassinato de Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro, vereador que representava o distrito do Verê, no município de Pato Branco. Morto por jagunços da CITLA e COMERCIAL, coletava assinaturas entre os colonos para um abaixo-assinado a ser dirigido ao governo federal pedindo providências sobre os casos de violência praticados pelas companhias e uma solução para as posses dos colonos. Foi assassinado no dia 21 de maio de 1957 pelo jagunço Pé de Chumbo.



Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro, com a esposa Elvira, o filho Valdemar, e as filhas Lindomar, Guiomar e Zigomar. Pedrinho Barbeiro elegeu-se vereador por Pato Branco e representava o distrito do Verê, onde morava. Defensor dos posseiros, propôs-se a ir ao Rio de Janeiro com abaixo-assinado dos colonos, para denunciar as arbitrariedades das companhias colonizadoras. Isso não interessava às colonizadoras; foi assassinado no Verê, em 21 de maio de 1957, executado pelo jagunço Pé de Chumbo, a mando da companhia Comercial. Foto: Caderno comemorativo dos 50 anos da Revolta dos Posseiros. Prefeitura de Pato Branco.

O caso que estremeceu a população do sudoeste foi o ocorrido com a família de João Saldanha. Foi entre os dias 4 e 6 de outubro de 1957 numa localidade de rio Ampére, município de Francisco Beltrão. Este colono era um “farrapo”, supostamente foragido da polícia riograndense. Foi pressionado pelos jagunços para que pagasse e assinasse o contrato de compra de sua posse. Numa dessas oportunidades matara um jagunço. A COMERCIAL escolheu então alguns dos melhores jagunços para vingar a afronta. Foram liderados por Lourenço José da Costa, o Maringá. O colono Saldanha quando percebeu que sua casa estava sendo cercada, fugiu pelos fundos com um menino em direção ao mato. Os jagunços atiraram em sua direção, mas conseguiu fugir. Na casa ficaram a mulher e duas crianças entre 5 e 8 anos. Os jagunços pegaram a mulher, abusaram dela, cortaram-lhe um seio, jogaram-no ao cachorro, que saiu uivando e deixaram-na esvaindo em sangue. As crianças gritavam em torno da mãe. A mulher e o menino de cerca de 8 anos foram executados pelo jagunço Chapéu de Couro, a menina de cerca de 5 anos foi jogada ao ar por Chapéu de Couro e seu

comparsa José Lucas espetou-a com uma adaga. A menina caiu morta no chão. A casa foi pilhada e incendiada. (GOMES, 2005, p. 63 a 65).

Outros casos de violência ocorreram em vários pontos da região sudoeste, mas a maioria dos casos não eram investigados pela polícia, pois ela própria era controlada pelas companhias. Os mortos das companhias nunca apareciam, eles mesmos enterravam seus mortos para não deixar vestígios. Nada de inquéritos, nada de óbitos.

O clima de violência foi se acirrando na região sudoeste. Os posseiros que ainda tentavam uma solução pacífica para sua causa, começaram a reagir de forma mais agressiva. Se é fato que os jagunços andavam armados, também os colonos tinham as suas armas. É verdade que bem mais precárias, mas ao lado da enxada e da foice havia a espingarda, o revólver.

Um meio de comunicação muito utilizado e eficiente foi o rádio. A Rádio Colméia de Francisco Beltrão e Pato Branco serviu para as companhias fazerem suas propagandas e anúncios de venda de terras, mas também foi um fator de mobilização dos posseiros. (WACHOWICZ, 1985, p. 233 e 243).

A propósito, os meios de comunicação constituem um eficiente mecanismo de informação e manipulação das massas. Como isso pode ser observado hoje no rádio, no jornal e na televisão?

Até aqui descreveu-se a situação geral da região sudoeste do Paraná. O clima de acirramento das agressões e intimidações feitas pelas companhias CITLA, COMERCIAL e APUCARANA por meio de seus jagunços. E os posseiros começaram também a reagir de forma mais agressiva em diversos lugares, como Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, Verê, Pato Branco, Francisco Beltrão. Nestas localidades há registros de vários conflitos, especialmente a partir de agosto de 1957 e que culminaram no levante generalizado de outubro daquele ano. É bom lembrar que as saídas políticas e diplomáticas continuaram sendo tentadas para resolver o impasse. O fato é que as companhias CITLA, COMERCIAL e APUCARANA diziam-se legítimas proprietárias das terras da região, ao passo que para os colonos o que interessava era a escritura legal e oficial de suas posses e passaram a exigir a saída das companhias e dos jagunços da região, para que o clima de tranqüilidade reinasse nas cidades e áreas rurais. Esta situação de instabilidade também estava prejudicando os comerciantes que diziam que tudo estava parado por causa da situação dos posseiros, o que fez com muitos deles se aliassem a eles e até os liderassem no levante de outubro de 1957.

7. As reações dos posseiros

Os colonos-posseiros partem para a reação armada: o grupo farrapo de Pedro Santin arma a tocaia do km 17 em que filho participa da execução do próprio pai. Pato Branco e Francisco Beltrão constituem autoridades paralelas ao poder do Estado.

A seguir será feita uma descrição dos principais conflitos armados de graves proporções ocorridos em vários pontos da região sudoeste, relacionando os nomes das lideranças rurais e urbanas que deles participaram e o desfecho do levante propriamente dito.

O primeiro confronto armado entre jagunços e posseiros deu-se no Verê em 2 de agosto. Grupo de colonos, liderados por um expedicionário da Segunda Guerra chamado Leopoldo Preilepper, o Tigrinho, marchou pela avenida principal para o enfrentamento. Saldo do conflito: dois colonos mortos, inclusive o líder Tigrinho.

Ainda naquele mês de agosto, a CITLA perdeu na justiça um recurso no Supremo Tribunal Federal em relação ao registro da escritura. O fato foi amplamente divulgado na região sudoeste pelas rádios de Pato Branco e Francisco Beltrão, que passaram a apoiar abertamente os posseiros.

Na região de fronteira os conflitos armados foram mais significativos, nas áreas de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste. Naquelas áreas, os colonos apelaram para a ajuda dos “farrapos”. Os farrapos eram oriundos do Rio Grande do Sul, famosos pela valentia, pela liderança e uma concepção própria de justiça. O farrapo Pedro Santin, os irmãos Bello e um tal de Robertinho lideraram centenas de colonos que se levantaram contra as companhias CITLA e APUCARANA na região de fronteira. Este grupo, em 6 de setembro, numa emboscada em Lageado Grande, distrito de Capanema, matou o gerente da APUCARANA Arlindo Silva e expulsou os jagunços.



O “farrapo” Pedro Santin, o guerrilheiro da fronteira. Os “farrapos”, muitos de origem gaúcha, eram tipos valentes, tinham liderança e uma concepção própria de justiça. Dizia-se que alguns eram fugitivos da polícia. O grupo de Santin foi responsável por vários atos de bravura durante a Revolta de 1957 pela posse da terra, como a tocaia do km 17, além de liderar os posseiros na região de fronteira com a Argentina. Em seu peito lê-se a frase “Herói do Paraná”. Foto: Caderno comemorativo dos 50 anos da Revolta dos Posseiros. Prefeitura de Pato Branco.

Este grupo de Santin também participou da famosa “tocaia do km 17” na estrada entre Santo Antonio e Capanema. Gaspar Kraemer, da companhia APUCARANA, e Nilo Fontana, da CITLA de Santo Antonio do Sudoeste, participariam de uma reunião com os posseiros para fazer um acordo. A reunião seria no dia 14 de setembro em Lageado Grande. O grupo de Santin armou uma tocaia, mas os gerentes das companhias, suspeitando de alguma armação, não foram ao encontro e desmarcaram a reunião. Mas os colonos não foram avisados e seguiam para o encontro. No dia marcado, os diretores das companhias mandaram uma camioneta com o motorista e um jagunço, que iam dando carona a colonos que estavam na estrada. No local da tocaia o grupo de Santin, sem saber da cilada, abriu fogo contra a camioneta e seus ocupantes. Eram 14 as pessoas que estavam na camioneta, morreram 7: os dois funcionários da companhia e 5 colonos, os restantes conseguiram fugir para o mato ou fingiram-se de mortos. Um desses colonos mortos era pai de um dos atacantes. O filho participou da execução do próprio pai. O pai chamava-se Paulo Armbrust e seu filho Oscar Armbrust. (VOLTOLINI, 2003, p. 135 a 142).



O autor deste trabalho em dezembro de 2007 diante do monumento alusivo à tocaia do km 17 da Revolta dos Posseiros de 1957. As cruzes representam os sete mortos na tocaia. O monumento está localizado às margens da rodovia, no atual município de Pranchita. Foto do autor.

O grupo de Santin tomou Capanema, a estrada foi interditada, o escritório da companhia APUCARANA incendiado, os jagunços fugiram para Santo Antonio. Cerca de 2 mil colonos armados ocuparam a região de Capanema. Este foi, portanto, o lugar em que primeiro os posseiros “limparam a área”, expulsando companhia e jagunços. A situação naquela cidade foi resolvida com a intervenção direta do Chefe de Polícia do Estado Pinheiro Júnior que, em acordo com os colonos, conseguiu acabar com os conflitos na área de fronteira. Faltava a solução para Santo Antonio.

A expulsão dos jagunços da região de fronteira significou o seu deslocamento de grande parte deles para as áreas de Francisco Beltrão e Pato Branco, onde o conflito entre as companhias, jagunços e posseiros continuava.

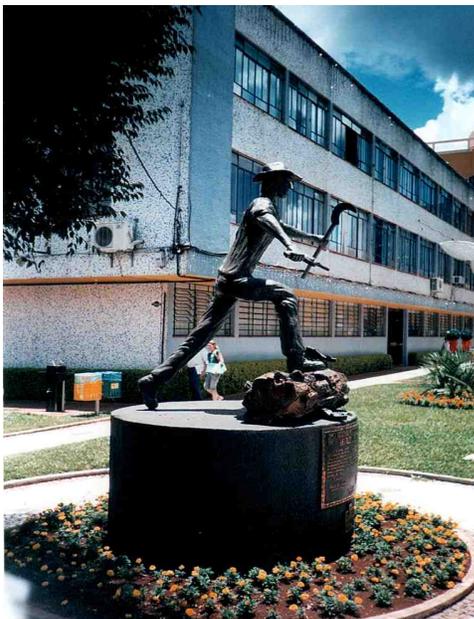
Jornais e revistas nacionais e estrangeiras divulgavam amplamente os conflitos do sudoeste do Paraná. Jornal argentino falava de uma “*revolución agrária brasileña*”. (WACHOWICZ, 1985, p. 274).

Nos primeiros dias de outubro de 1957 lideranças das cidades, contrárias às companhias, foram se reunindo e das conversas havidas, chegou-se à conclusão de que somente um movimento popular armado poderia expulsar as companhias.

Em Pato Branco um acontecimento precipitou a ação: no dia 9 de outubro, pela manhã, foram trazidas três crianças da localidade de Águas do Verê. As crianças haviam sido surradas com açoiteira, chicote usado para bater em animais. Estavam com vergões em todo o corpo. Os colonos, juntamente com as crianças, foram procurar o comerciante Jácomo Trento, o Porto Alegre, que há tempos estava na luta ao lado dos colonos. Foram à delegacia, porém o delegado falou que nada podia fazer. A partir da tarde, o povo foi chamado pelo rádio através do radialista Ivo Thomazoni. Aos poucos, Pato Branco foi ocupada por centenas de pessoas, homens, mulheres e até crianças, armadas. Uma reunião foi marcada para as 17 horas no salão paroquial, que foi presidida pelo prefeito Waldir Harry Graeff. Uma comissão foi formada para ir à capital, já que a reunião não trouxera nenhuma solução. Como Francisco Beltrão também estava se mobilizando, o pessoal de Pato Branco resolveu continuar com o levante. Formou-se uma Comissão Deliberativa com 26 nomes. Dessa Comissão foi composta uma Junta Governativa com 5 nomes de lideranças que tomariam as decisões. Foram organizados piquetes para guarnecer as principais estradas de acesso à cidade, instituições públicas, banco do estado, Rádio Colméia, etc. Essa Junta era presidida por Aparício Henriques, agrimensor. Mandaram um telegrama às principais

autoridades da República, governadores, deputados e autoridades estaduais.

O Ministro da Guerra, Teixeira Lott, deu um ultimato ao governador do Paraná Moysés Lupion. Teria que fechar as companhias imobiliárias e acomodar os colonos. Caso contrário, haveria intervenção federal na região. Foi então decidido pelo governo paranaense afastar definitivamente as companhias da região. O interesse político a nível nacional acabou prevalecendo sobre o interesse econômico das companhias. (GOMES, 2005, p. 95 e 96).



Monumento localizado defronte à Prefeitura de Pato Branco, erigido por ocasião dos 50 anos da Revolta em 2007. A Revolta dos Posseiros de 1957 constitui forte elemento de identidade regional do sudoeste do Paraná e foi incorporado à memória sócio-cultural dos municípios atingidos, através das comemorações oficiais, nos monumentos e nas publicações relativas ao conflito. A escultura identifica o colono-posseiro que teve papel importante na Revolta de 1957: a foice e o revólver representam as armas que o posseiro empunhou para garantir a posse e a titulação da terra. Foto do autor.

Para Pato Branco foi enviado o major Reinaldo Machado para solucionar o levante dos posseiros. O major entrou em contato com os líderes da Junta e a população foi sendo tranqüilizada através do rádio. Nomeou Jácomo Trento e mais alguns como Inspetores Especiais de Polícia. Na prática, Trento assumiu a delegacia da cidade. O grupo dele foi responsável pelas prisões de jagunços nas margens do Iguaçu. Um dos grandes feitos do Porto Alegre e seu grupo de policiais e colonos foi a prisão do famoso jagunço Maringá. A população queria linchá-lo, mas a sua prisão foi importante para esclarecer uma série de crimes praticados na região. O objetivo do levante tinha sido alcançado, a população voltava para suas casas, a Junta foi dissolvida, a delegacia ficou a cargo do major Machado.

Em Francisco Beltrão, o levante dos posseiros foi no dia 10 de outubro de 1957. Nesta cidade, o episódio alcançou maior repercussão porque reuniu muito mais colonos, cerca de 6 mil.



Foto famosa que tornou-se um símbolo de identificação da Revolta dos Posseiros. Gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos, obtiveram no sudoeste do Paraná a titulação de suas posses, depois de grave conflito que repercutiu até no exterior. Na imagem central, Olívio Giusti segurando a Bandeira e, debaixo dela, José Santolin. Esses não foram os principais líderes da Revolta, mas simbolizam aqueles milhares de colonos-posseiros que, unidos e engajados, derrotaram o poder econômico pela sua luta. Autor: Oswaldo Jansen.

A notícia do açoitamento das crianças do Verê e o levante de Pato Branco espalharam-se rapidamente. Em Francisco Beltrão o levante foi comandado pelo médico Walter Pecoits e o comerciante Luiz Prolo. Pecoits leu um manifesto contundente no rádio e convocou os colonos para tomar a cidade. Após o meio dia de 10 de outubro, os colonos do interior foram chegando. Pelas estradas, de caminhão, camioneta, a pé, a cavalo, de carroça, armados de pau na mão ou uma foice ou um facão. Ao cair da tarde, a cidade estava com cerca de 5 mil posseiros.

Foi organizada uma comissão para controlar a situação, as estradas foram bloqueadas, o campo de aviação foi impedido com toras e tomou-se conta da cidade.

No dia seguinte, não havia delegado e nem prefeito na cidade. Havia desaparecido. A cadeia foi ocupada e os presos comuns foram soltos, com o recado de que voltassem quando fossem avisados. Consta que todos voltaram. (WACHOWICZ, 1985, p. 262).

Os jagunços se aquartelaram no escritório da companhia COMERCIAL, chefiados por Lino Marchetti. Foram presos, recolhidos e retirados da cidade em viaturas do Exército por uma estrada secundária, para evitar o ataque dos colonos. Um verdadeiro arsenal de armas foi encontrado no prédio da companhia COMERCIAL, com milhares de balas, metralhadoras, fuzis, winchester. Mais colonos vinham à cidade. Invadiram os escritórios das companhias, depredaram as instalações, os arquivos foram espalhados pelas ruas da cidade, os contratos e as promissórias rasgados.

O Chefe de Polícia do Estado Pinheiro Jr chegou à cidade, vindo de Pato Branco. Foi levado à rádio para conversar com os líderes da revolta. O piloto do avião que o trouxera foi ameaçado pelos colonos e obrigado a levantar vôo, deixando Pinheiro Jr sozinho na cidade. Os colonos armados ficaram fora do edifício, pedindo a sua cabeça.

Walter Pecoits, que liderava o levante, fez uma série de exigências ao Chefe de Polícia para solucionar o impasse: substituir o delegado, exonerar o promotor, transferir o juiz, tirar a polícia, não reabrir os escritórios das companhias e não processar os posseiros pela participação na revolta. Pinheiro Jr aceitou tudo.

Os colonos foram comunicados pela janela do edifício da rádio por Pecoits sobre as decisões tomadas, pediu-se-lhes que voltassem para suas casas e esperassem uma solução judicial para o problema da terra. Passadas umas duas semanas, desde o dia

em que foi feito o acordo com o Chefe de Polícia, chegaram à cidade centenas de soldados que tomaram conta da cidade. (GOMES, 2005, p. 104 e 105).

A última cidade em que houve um levante dos posseiros foi em Santo Antonio do Sudoeste. No dia 12 de outubro colonos marcharam sobre a cidade, liderados por Augusto Pereira. As autoridades do município fugiram para a Argentina. Neste levante, o advogado Edu Potiguara Bublitz também teve uma atuação de destaque em defesa dos posseiros. Bublitz assumira a defesa dos posseiros em outras localidades da região; praticamente nenhum advogado quisera fazê-lo por receio das companhias.

Tal qual em Pato Branco, foi eleita uma Comissão de 26 membros e uma diretoria. A cidade de Santo Antonio ficou ocupada por três dias consecutivos. Também neste levante, os colonos arrombaram os escritórios da companhia APUCARANA e jogaram os arquivos nas ruas da cidade. O acordo feito na cidade foi praticamente igual ao realizado nos outros centros do levante: o Chefe de Polícia comprometeu-se a não permitir o retorno da companhia e a restringir a ação da polícia na região.



Nesta imagem, posseiros extravasam suas emoções em comemoração ao desfecho da Revolta em Francisco Beltrão. Nos dias 10 e 11 de outubro de 1957, colonos invadiram os escritórios das companhias CITLA e COMERCIAL, arrancaram as placas de propaganda, destruíram documentos, promissórias e contratos, espalhando-os na avenida. As companhias foram fechadas e os jagunços expulsos da região. A solução final para os posseiros viria com a legalização e a titulação de suas posses a partir de 1962. Foto: Oswaldo Jansen.

8. O início da solução

O Levante dos Posseiros de 1957 sai vitorioso e suas lideranças tornam-se famosas, mas a titularidade da terra só veio com o GETSOP, anos mais tarde.

Chegava ao fim a revolta dos posseiros. O objetivo básico do movimento foi alcançado: fechar os escritórios das companhias e expulsar seus jagunços e funcionários.

O levante dos posseiros foi dirigido basicamente por lideranças urbanas. A Junta Governativa de Pato Branco não possuía em nenhum de seus membros um posseiro, um agricultor. Todos os seus componentes eram profissionais liberais urbanos, como Jácomo Trento, o Porto Alegre e Ivo Thomazoni. Em Francisco Beltrão, o médico Walter Pecoits falava da intelectualização do levante de Pato Branco, ao passo que em Francisco Beltrão só ele tinha grau universitário, os outros eram gente do povo mesmo. Terminada a revolta, nenhum colono projetou-se no cenário político da região. Os

beneficiados nesse particular foram os líderes urbanos. Foi o caso de Ivo Thomazoni, que foi prefeito de Pato Branco e deputado estadual e de Walter Pecoits, prefeito de Francisco Beltrão e deputado estadual.

O início da solução para o problema fundiário só viria a partir de 1961. Naquele ano, o presidente Jânio Quadros assinava decreto desapropriando as terras em litígio no sudoeste do Paraná. Os governos federal e estadual desistiam de seus direitos jurídicos sobre essas glebas. A solução definitiva ocorreu a partir de 1962. Sob a presidência de João Goulart, foi criado o GETSOP, Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, ligado diretamente à Presidência da República.



Esta imagem simboliza o título de propriedade expedido pelo GETSOP aos posseiros depois da revolta pela posse da terra no sudoeste paranaense. A placa está localizada na praça central de Francisco Beltrão, local do Levante de 10 de outubro de 1957. Lê-se no título “Regularização da propriedade da terra”. Foto do autor.

O GETSOP mediu, demarcou e dividiu os lotes, respeitando a posse de cada colono. O Grupo atuou acompanhado por elementos do Exército, que tinha boa aceitação na região e que, durante o levante de outubro de 1957, mantivera uma aparente neutralidade, não se posicionando contra os posseiros. Sob a chefia do engenheiro Deni Schwartz, o GETSOP regularizou e titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Somente 4 propriedades não foram tituladas, porque os vizinhos não entraram num acordo. Quer dizer, praticamente todas as propriedades foram regularizadas, respeitando-se a posse anterior que cada colono ocupava. O GETSOP atuou até 1973. (WACHOWICZ, 1985, p. 283 a 289).

O Levante dos posseiros de 1957 tinha atingido seus objetivos: a expulsão das companhias de terras, dos jagunços e a conquista do título de propriedade para os posseiros. Tratou-se de um raro conflito agrário em que posseiros saíram vitoriosos.

9. Sugestão de atividades complementares

Percorrer as cidades que foram palco do Levante de 1957 no sudoeste do Paraná constitui uma interessante aula de História e Geografia.

Além da leitura e estudo deste material didático, sugiro consulta a alguns livros listados nas referências bibliográficas, especialmente aqueles que tratam especificamente do tema em questão. Uma visita à região sudoeste do Paraná é muito

interessante e de grande proveito. Tive a oportunidade de percorrer a região em dezembro de 2007, ano em que a revolta dos posseiros completou 50 anos. Passei nas cidades de Verê, Pato Branco, Francisco Beltrão, Pranchita, Capanema. Material comemorativo dos 50 anos da revolta foi disponibilizado pelas secretarias de cultura das prefeituras de Francisco Beltrão e Pato Branco. Há também documentários em DVD produzidos em 2007 que explicam e mostram detalhes de outrora e atuais da revolta, com imagens raras de lugares e personagens protagonistas da Revolta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo:1981. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.

BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Claídes Rejane (Orgs.). **Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba:1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná, 1940-1970**. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org). **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: Ícone/Ed. Unicamp, 1985.

MARTINS, Alfredo Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: DIAS,

Reginaldo Bedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs). Maringá e o norte do Paraná. Maringá: Eduem, 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu:** a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Assis: Ed. Unesp, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

TONELLA, Celene; VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; DIAS, Reginaldo Bedito. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos: as lutas dos trabalhadores rurais do Paraná.** Maringá: Eduem, 1999.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957.** Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 7, 1968.